



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

**II**

**Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na segunda sessão de trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Uma nova agenda para o desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento social». Salvador (BA), 15 de julho de 1993.**

Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

O tema que ocupa a nossa atenção justifica esta reunião de cúpula. A urgência nos impõe o dever de examinar o problema do desenvolvimento dentro de suas perspectivas de justiça social e construção humana.

Àqueles que viram, na aparente superação dos conflitos ideológicos, com o fim da guerra fria, o término da história, cabe-nos contrapor a realidade de um mundo marcado pelas discriminações étnicas, pela pobreza, pela fome.

A pobreza, refletida nos baixos indicadores sociais, é o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e à plena integração das economias da maioria dos países, na escala competitiva e dinâmica da produção industrial. Os outros obstáculos, de igual gravidade, são o protecionismo comercial e o monopólio tecnológico.

Temos que encontrar as raízes dos problemas que provocam instabilidade política e econômica, fome, desesperança, migrações descontroladas, violência e desrespeito aos direitos humanos. É necessário buscar o ponto de equilíbrio entre os interesses dos países desenvolvidos e dos países em

desenvolvimento. A partir desse ponto, poderemos assegurar o crescimento sustentável em todo o mundo.

A realidade de nosso tempo exige que todos os esforços, para a paz e para o desenvolvimento, se articulem em dois planos: o interno, sob a vontade soberana de cada Estado, e outro, externo, de responsabilidade da comunidade internacional e de grupos de debates e cooperação, como o nosso foro ibero-americano.

Essa atuação, interna e externa, será coerente: as iniciativas não se podem contrapor, mas se devem completar de forma harmoniosa.

A comunidade internacional terá que estimular a participação, em lugar de praticar a exclusão, como tem ocorrido na história das relações internacionais. Nessa prática de excluir os outros se encontra a origem da injustiça e da violência, no interior das nações e entre elas: a exclusão brutal do racismo e do nacionalismo totalitário; a exclusão das gerações futuras, na irracional depredação do meio ambiente; a exclusão representada pela desigualdade entre as nações e agravada pelo protecionismo; a exclusão exercida pela apropriação injusta do fruto do trabalho comum e dos benefícios do Estado por grupos privilegiados. Mais grave, ainda, de que todas essas exclusões, porque constitui a soma de todas elas, é a exclusão de imensos contingentes da humanidade, submetidos ao subdesenvolvimento e ameaçados de ter perpetuada a miséria.

Os países em desenvolvimento devem participar de todas as atividades de planejamento estratégico da comunidade internacional que visem a resolver o problema. Em primeiro lugar, porque se trata de um imperativo ético. O conceito de justiça social integra o patrimônio moral de nossa civilização e deve inspirar o relacionamento entre os homens e os Esta-

dos. Em termos internacionais, justiça social significa desenvolvimento com equidade.

Trata-se de uma exigência política. O subdesenvolvimento e a concentração da renda promovem a instabilidade do interior dos países e na comunidade internacional. O desenvolvimento pleno constitui condição sem a qual não haverá garantia de relações sempre pacíficas entre as nações.

Tais princípios devem, a meu juízo, presidir o exame dos temas de nossa «agenda para o desenvolvimento», especialmente no que se refere ao vínculo entre as questões de comércio, de investimento e de acesso à tecnologia.

A crescente liberalização do comércio, adotado pela maioria de nossos países, vem sendo respondida com a multiplicação de barreiras protecionistas em mercados importantes dos países desenvolvidos, disfarçadas, muitas vezes, como barreiras não-tarifárias, sempre mais bem elaboradas e mais complexas. Esse desequilíbrio ameaça comprometer o esforço negociador da Rodada Uruguaí, que deve se concluir de forma equilibrada e sem novas cláusulas condicionantes.

Vale dizer que para o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, é necessário o acesso a tecnologias novas, incluídas as caracterizadas como «sensíveis». Para isso se faz necessário definir claramente direitos e obrigações, de forma multilateral e dentro dos princípios de transparência e equidade.

A nova agenda para o desenvolvimento deve envolver, com espírito construtivo, toda a comunidade internacional. Nossos países reúnem condições objetivas para participar desse esforço.

Cada geração confia a uma parcela de seus contemporâneos a responsabilidade política de manter e ampliar as con-

quistas do espírito humano. Os que estamos aqui, na representação de nossos povos, podemos e devemos encontrar caminhos, que sirvam ao nosso grupo, unido pela história e pela geografia e pelo exemplo e influência, a todas as nações da Terra.

Muito obrigado.